

2

A (de)missão do homem público

A intelectualidade latino-americana sempre foi integrante fundamental na formação das suas cidades. Estas, como focos civilizadores, foram o único receptáculo possível das fontes culturais europeias que ditariam as normas da submissão do vasto território “selvagem” à nova ordem. A primeira norma constituiu-se na educação das letras, fato que possibilitou ao intelectual, formado nos moldes da cultura europeia e detentor das letras no novo continente, a conquistar uma posição privilegiada em total conjunção com o poder central e regulador das sociedades que se formavam. Este grupo de intelectuais constitui a *cidade das letras*, nos termos do crítico uruguaio Ángel Rama.

Foram eles os responsáveis pela ordenação das cidades: enquanto representantes do poder central atuavam através de todas as atividades escriturárias¹ que sempre articularam os espaços e as relações sociais, como também na função de projetistas da cidade ideal, através da língua e da cultura europeias cujos signos ordenavam a urbanidade latino-americana. Estabelecia-se, como parte da nova ordem que se instalava, uma conduta de organização social representada pela imposição da escrita ao novo continente. A oralidade, característica dos povos nativos, construía com suficiência a base de toda a sua milenar tradição cultural, como também seus códigos de ética e de comportamento. Essa tradição deveria enfrentar o estamento da palavra escrita como a única maneira possível de se fixar as formas de vida. Enquanto a palavra oral organizava um mundo natural e harmônico de condições imutáveis, refletido na vida social, a civilização e a palavra escrita traziam, por sua vez, através de uma visão utilitarista, um universo de relações sociais que tanto se organizava independentemente do mundo natural como o tornava seu serviçal.

Houve, na realidade, um desencontro secular entre a minuciosidade prescritiva das leis e códigos desta cidade letrada e a anarquia da sociedade que legislavam. Trata-se do desencontro estrutural entre realidades muito distintas que sempre determinou e determina ainda hoje, a história das sociedades periféricas – e sua submissão à colonização, à modernização ou à globalização.

¹ O termo “atividade escriturária”, aqui, tem o mesmo sentido que lhe dá Ángel Rama, ou seja, é relativo não só às funções burocráticas, mas a todas as atividades relacionadas à escrita.

Estas funções escriturárias concederam um lugar de destaque a um conjunto de profissionais como advogados, escrivães e burocratas da administração. Por conta disto e da própria tradição cultural e religiosa, houve uma verdadeira mistificação da escritura, e extensivamente, da arte retórica. Rui Barbosa, em 1902, formulava a famosa *Réplica* ao projeto de código civil que o Senado brasileiro examinava, representando o pleno cumprimento da função letrada que teria conseqüências profundas na jurisprudência brasileira. O jurista defendia que “um código civil terá de ser obra excepcional, monumento da cultura de sua época [pois] mais que ser uma realização científica, é uma grande expressão da literatura nacional”, e completa: “Com que outra coisa, a não ser com as palavras, se haviam de fazer as leis? Vida, propriedade, honra, tudo quanto nos é mais precioso, dependerá sempre da seleção das palavras”². Nesse caso, o rígido sistema semântico da cidade letrada era totalmente justificado, pois dessa forma, tornava obrigatório que tais leis e códigos respondessem a um único sistema interpretativo. Daí compreende-se a nota tradicionalista que sempre esteve relacionada ao funcionamento da cidade letrada, como também a grande contribuição que os homens de letras lhe deram, já que a “língua culta” era o instrumento de maior alcance para reger a ordem simbólica da cultura.

Esta mistificação da escritura consolidou entre nós não só a perpetuação do poder letrado, mas a diglossia que sempre marcou a formação das sociedades latino-americanas, e que correspondia, acima de tudo, à representação da enorme fissura social com todas as discrepâncias que possam existir em sociedades primitivas submetidas à compulsão civilizatória. No comportamento lingüístico destas sociedades sempre foram nítidas duas línguas: a pública e de aparato, língua colonizadora, reguladora da sociedade e ordenadora da civilização, inflexível e cristalizada como a única língua que chegava aos registros escritos - o instrumento do grande poder da cidade letrada; e a outra, popular e cotidiana, utilizada pelos falantes em sua vida privada, de domínio da “plebe”, em evolução constante, cuja informalidade e criatividade foram sempre identificadas com corrupção, barbarismo e ignorância - a língua da cidade real.

O domínio da língua “oficial” representava a purificação de uma hierarquia social, provava a sua proeminência e estabelecia um cerco defensivo em relação a um meio hostil e, principalmente, “inferior”. Essa atitude defensiva em torno da língua e do poder que ela representava, conseguiu intensificar a adesão à norma. A “ordem”,

²

BARBOSA, 1953: 92-3.

princípio fundamental de todo o processo civilizatório, deveria logicamente estar presente no próprio mecanismo da língua, que afinal, foi o instrumento ordenador por excelência. O domínio dessas normas exigia uma capacidade lógica e uma racionalidade próprias dos seus falantes e, portanto, o manejo correto seria restrito a eles exclusivamente. Dessa forma a propriedade e a língua delimitavam a classe dirigente. “A língua é a companheira do Império”³, afirmação que definia bem o seu papel na ordem social, e principalmente, a consciência que tinha a cidade letrada do manejo dessa língua minoritária (às vezes quase secreta) e que defendê-la e purificá-la era a sua grande missão, único recurso para manter e sustentar o seu poder.

A cidade letrada quer ser fixa e atemporal como os signos, em oposição constante à cidade real que só existe na história e se adapta às transformações da sociedade. O problema principal seria o da capacidade de adaptação da cidade letrada às transformações de uma sociedade em constante crescimento populacional, numa evolução desordenada que distanciava cada vez mais os nativos das suas tradições, e que experimentava uma constante imposição de regras e valores estranhos a sua vivência. Esse culto à norma e à erudição, na cidade letrada, criava uma sacralidade em torno dos letrados como uma maçonaria lingüística reservada aos iniciados, mistificada e ambicionada pelos laicos.

Pareceu-me então que aquela faculdade de explicar tudo, aquele seu desembaraço de linguagem, a sua capacidade de ler línguas diversas e compreendê-las, constituíam, não só uma razão de ser de felicidade, de abundância e riqueza, mas também um título para o superior respeito dos homens e para a superior consideração de toda a gente. Sabendo, ficávamos de alguma maneira sagrados, deificados... (...) Se minha mãe me parecia triste e humilde - pensava eu naquele tempo - era porque não sabia, como meu pai, dizer os nomes das estrelas do céu e explicar a natureza da chuva.⁴

Isaiás Caminha, protagonista do romance *Recordações do escrivão Isaiás Caminha*, de Lima Barreto, encarnava o aspirante a esta condição - vindo das classes populares – que vivia os embates que se configuravam, desde então, no preconceito lingüístico, insígnia de uma distinção social tão característica da nossa cultura. As palavras de Olavo Bilac refletem bem a questão: “As arruaças deste mês (...) vieram mostrar que nós ainda não somos um povo. (...) No Rio de Janeiro e em todo o Brasil, os analfabetos são legião. E não há “povo”, onde os analfabetos estão em maioria.”⁵.

³ Frase que celebrava a *Gramática sobre a língua castelhana* (1942).

⁴ BARRETO, 1997: 39.

⁵ DIMAS, s/d: 802.

Estava criada a sólida barreira entre a cidade letrada e a cidade real, o que transformaria os próprios intelectuais simultaneamente em produtores e consumidores, organizando-se um círculo fechado da cultura que só começou a ceder no início do século XX, quando as classes médias começam a ingressar na vida cultural.

Vale ser citada a proposta do filósofo venezuelano Simón Rodríguez - mestre de Simon Bolívar, “O libertador” da América Espanhola - que estabelece um paralelo entre o governo e a língua: ele reclama que ambos deveriam surgir da idiosincrasia nativa e que não fossem meras transposições das fontes européias. Do mesmo modo que propôs uma reforma ortográfica para que uma escritura simplificada registrasse a pronúncia americana, distanciada da norma européia, reclamou que a institucionalização governamental deveria corresponder aos componentes da sociedade americana e não derivasse de um transplante mecânico das soluções européias. E, do mesmo modo que a ortografia se ajusta a três princípios - origem, uso constante e gênio próprio de quem fala – devendo responder a este último (o que equivale dizer à pronúncia) “para adequar-se à boca quando nem a origem nem o uso decidem”, da mesma maneira deveria ser feito com o que chamou de “origem de desenhar Repúblicas”, opondo-se ao que ele via que estavam fazendo seus conterrâneos de 1828: “quando nem a origem nem o uso decidem, apelam ao terceiro princípio, mas em lugar de consultar o gênio dos americanos, consultam o dos europeus. Tudo lhes chega embarcado”.

Simón Rodríguez dizia que as repúblicas não se fazem com doutores, com literatos, com escritores, mas com cidadãos: “Nada importa tanto como o *ter Povo*: formá-lo deve ser a única ocupação dos que se identificam com a causa social”⁶. Mas a sociedade letrada latino-americana não se abalou diante desses questionamentos e demonstrou o seu potencial em se reconstituir e se ampliar sob os transtornos revolucionários. A proposta educacional de Simón Rodríguez, considerada uma generosa utopia inviável, acabou testemunhando, ainda, uma restauração educacional que se desenvolvia então, aplicada à formação de elites dirigentes, como na Colônia, e portanto, de candidatos à burocracia que reconstituiria a cidade letrada e asseguraria a concentração do Poder de maneira anti-democrática:

Não esperem dos colégios, o que não podem dar ...estão fazendo letrados ...não esperem cidadãos. Persuadam-se que, com seus livros e seus compassos sob o braço, sairão os estudantes a receber, com vivas, a qualquer um que acreditem dispostos a dar-lhes os empregos em que tenham posto os olhos ...eles ou seus pais.

⁶ RODRIGUEZ, 1975: 267.

Do modo atual de proceder na educação, deve-se esperar homens que ocupem os postos distinguidos, isto é, que formem quadros políticos, civis e militares; mas, os três carecerão de tropas, ou terão que estar lidando sempre com recrutas.⁷

No Brasil, a educação brasileira seguia os mesmos moldes, no comentário de Lima Barreto, em 1921:

O nosso ensino superior, que é o mais desmoralizado dos nossos ramos de ensino; que se impregnou, com o tempo, de um espírito de serviçal da burguesia rica ou de potentados políticos e administrativos, fazendo sábios e, agora privilegiados, seus filhos e parentes (...) não é mais destinado a formar técnicos de certas e determinadas profissões de que a sociedade tem “precisão”.⁸

Ao invés da proposta utópica de Simón Rodriguez, o que assistimos, desde a modernização, é a execução de operações de um certo “embalsamento” das tradições dos povos primitivos e rurais em extinção, ou seja, daqueles que não tinham o poder da escrita e foram condenados pela sua oralidade. Deve-se lembrar a dinâmica das tradições orais desses povos, que nunca estiveram imóveis, nem nunca deixaram de produzir novos valores e objetos, rearticulando seu acervo tradicional. Poderíamos dizer que têm algo em comum com o funcionamento da cultura urbana, mas a intensa aceleração do ritmo civilizado, e principalmente, a tradição simbólica religiosa desses primitivos que sempre buscam nas suas origens as forças necessárias para a vida futura, numa constante louvação ao passado, são diferenças fundamentais. Quanto à produção cultural, é grande a diferença no que se refere ao recorte que as culturas urbanas introduzem no seu fluxo peculiar, a nítida consciência com que traçam os limites que separam um produto do conjunto e o incorporam num nível distinto, superior, hierarquizando-o e reclassificando-o dentro de planos diferentes que respondem a demandas também diferentes. Assim são produzidas as obras literárias.

Na medida em que esse universo agonizante funciona à base de tradições analfabetas e usa um sistema de tradições orais, pode-se dizer que a letra urbana passa a recolhê-lo no momento da sua desapareção e “celebra mediante a escritura seu responso funeral”, nas palavras de Ángel Rama. Por mais generoso e útil que seja esse empenho, não se pode deixar de perceber que a escritura de que se utilizam esses intelectuais, aparece quando diminui ou se apaga o esplendor da oralidade das comunicações primitivas ou rurais, quando a memória viva das canções e narrações dessas comunicações está sendo destruída pelas pautas educativas que as cidades impõem,

⁷ Idem, t. I, p. 273.

⁸ “As reformas e os ‘doutores’” in BARRETO, 1956, *Feiras e mafuás*, p. 236.

pelos produtos substitutivos que põem em circulação, pela extensão dos circuitos letrados que produzem. Neste sentido, a escritura dos letrados é uma sepultura onde é imobilizada, fixada e detida para sempre a produção oral.

No Brasil, temos o exemplo de Sílvio Romero, o conceituado crítico literário sergipano que se dedicou a um trabalho de recopilação das culturas orais do Brasil a partir do seu domínio do instrumental científico: *Poesia popular no Brasil* (1879-80) e *Contos populares do Brasil* (1883) e *Contos populares do Brasil* (1885). Sílvio Romero dedicava-se a uma análise metódica e científica de um material que era retirado da sua função cognitiva, como sistema de vida de uma comunidade, para incorporá-lo ao sistema literário letrado.

A literatura, ao impor a escritura e negar a oralidade, nega o processo produtivo desta e o fixa sob as formas de produção urbana. A oralidade não desaparece, a desculturação que a modernização impõe dá lugar a novas culturações, mais fortemente marcadas pelas circunstâncias históricas. Para estas mudanças, a cidade letrada será cega, como também para o processo oral que se desenvolve dentro da própria cidade, onde se prolonga a produção oral que se mistura com a própria escrita dando lugar a novas linguagens.

De forma mais fiel e não científica, numa tentativa de representar uma certa oralidade dos povos rurais brasileiros através da escrita, tivemos escritores como Simões Lopes Neto e Waldomiro Silveira que se dedicaram, no final do século XIX, a uma maior compreensão dos valores desses povos, seus costumes, sua fala, a ingenuidade característica, o drama do seu abandono e da livre exploração que sofriam. Mostravam que essa oralidade valia a pena ser registrada, era também merecedora de atenção e traduzia uma cultura. Esse esforço em se registrar a cultura não letrada atingiria a genialidade, cinquenta anos depois, em Guimarães Rosa, fazendo deste registro um monumento artístico de moldes originalíssimos, preservado na representação da autenticidade do mundo rural.

Mas esses regionalistas, na transição dos séculos, tinham muito pouca ou nenhuma recepção na capital que vendia livros brasileiros editados em Portugal, na sua maioria, ou pela Garnier, já instalada no Brasil, que se dedicava aos Mestres nacionais urbanos. O fenômeno Coelho Neto e sua produção extraordinária retratam bem a recepção literária da *belle époque* carioca, interessada no “sorriso da sociedade” como seu próprio espelho.

2.1. A República desencantada

A luta pela implantação da República no Brasil traz um novo grupo de forças representadas pelos diversos modelos do novo regime. Adaptada aos três alicerces de poder: o popular da Revolução francesa; o liberal da Revolução industrial e o positivista da Ciência, a implantação da República no Brasil tornou-se um grande campo de batalhas ideológicas. Os intelectuais, representantes dos ideais de justiça e liberdade abraçavam a causa republicana como sendo – a grosso modo – o regime de governo popular dando fim ao regime de governo do privilégio real. José Murilo de Carvalho aprofunda, no seu estudo *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, o esforço de ideologização do novo regime, despendido pelos republicanos brasileiros, no intuito de atingir o imaginário popular, recriando-o dentro dos valores da nova ordem. Esse esforço não poderia ser feito por meio do discurso, inacessível ao público analfabeto. Ele deveria ser feito por meio de sinais mais universais, de leitura mais fácil, como as imagens, as alegorias, os símbolos, os mitos. Com curto alcance, se pensarmos em termos de nação brasileira, esses símbolos acabavam se limitando ao imaginário das capitais do sul e sudeste brasileiros, deixando a grande parte do território sem conhecimento do que seria uma república ou um sistema de governo. Portanto, falar de uma participação popular em termos de Brasil torna-se sempre uma utópica força de expressão, ou a representação do eterno desejo de se totalizar a nação.

O esforço de ideologização do novo regime é direcionado a uma população com uma certa acessibilidade dentro do vasto território nacional, para a qual inventa-se uma certa República, carregada de qualidades generosas, retratada na figura feminina de uma Grande Mãe de seios fartos, inspirada no imaginário da Revolução francesa. As charges, o hino, a bandeira, as artes plásticas, os monumentos em praça pública, as comemorações serão a tradução da República para os que não a conheciam, ou a intensificação da sua superioridade para os que nela confiavam como também para os que dela desconfiavam.

A cidade letrada brasileira republicana incorporou, com entusiasmo inédito, um verdadeiro patriotismo francês:

Todas as nossas aspirações, todas as preocupações dos republicanos da propaganda, eram de fato copiadas das tradições francesas. Falávamos na França bem-

amada, na influência da cultura francesa, nas melhores coisas das nossas lutas políticas lembrávamos a França. A *Marselhesa* era o nosso hino de guerra, e sabíamos de cor os episódios da grande revolução. Ao nosso brado, 'Viva a República!' seguia-se quase sempre o de 'Viva a França!'. (...) A França era a nossa guiadora, dela falávamos sempre e sob qualquer pretexto. (depoimento de um oficial da Marinha em *O Paiz*, 20/11/1912)

Benjamim Constant pronuncia a conferência “Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos” em 1819, no Athénée Royal de Paris. O teor da conferência é bastante significativo do tipo de “liberdade” que caracterizaria o governo republicano implantado no Brasil. O conferencista explicava que a liberdade apregoada pela Revolução francesa, sob a influência de Rousseau, não se adaptaria aos tempos modernos. Esta liberdade, adotada pelos jacobinos, que caracterizava as repúblicas antigas de Atenas, Roma e especialmente Esparta, era a liberdade de participar coletivamente do governo, da soberania, a liberdade de decidir na praça pública os negócios da república, enfim a liberdade do homem público. Por outro lado, a liberdade dos modernos, que nascia da nova concepção de organização política da sociedade, era a liberdade do homem privado, a liberdade dos direitos de ir e vir, de propriedade, de opinião, de religião. A liberdade moderna não exclui o direito de participação política, mas esta agora se faz pela representação e não pelo envolvimento direto. Benjamim Constant argumentava que o desenvolvimento do comércio e da indústria não permitia mais que as pessoas dispusessem de tempo para se dedicar e deliberar em praça pública, nem elas estavam interessadas em cumprir esta função. A própria representação incorporada por Benjamim Constant mostrava aqui a sua contradição quando pretendia falar em nome de uma sociedade desigual e impossível de se depreender na sua totalidade. E completa dizendo que “hoje, o que se busca é a felicidade pessoal, o interesse individual; a liberdade política tem por interesse garantir a liberdade civil”. A via genética da transformação chamou-se liberalismo, e a sua filosofia, o egoísmo utilitarista

O utilitarismo, doutrina moral do início do século XIX cujos grandes representantes foram os ingleses Jeremy Bentham e John Stuart Mill, tornava-se a grande filosofia da vida moderna, estabelecendo como fundamento das ações humanas a busca egoística do prazer individual, do que deveria resultar maior felicidade para um maior número de pessoas, admitindo-se a possibilidade dum equilíbrio racional entre os interesses individuais, conforme a crença de seus adeptos. A nova doutrina introduziu os interesses como móveis do comportamento e o hedonismo modernista como sua alta

finalidade. Dentro dessa visão, criava dificuldades para a concepção do coletivo, do público. A solução mais comum foi a de simplesmente definir o público como a soma dos interesses individuais.

Criavam-se repúblicas de acordo com os novos preceitos de “liberdade” e “liberdades” de acordo com as necessidades da nova ordem mundial. Enfim, a República, já distante da sua idealização original, servia bem a diversas ideologias e poderia adaptar-se bem a todas. O Brasil escolheu (ou foi escolhido) o modelo da República liberal norte-americana, inspirada no utilitarismo de Hume da “liberdade individual”, para orientar a Constituição de 1891. José Murilo de Carvalho lembra as inadequações produzidas pela implantação do modelo americano do norte, aqui no Brasil. Enquanto os americanos do norte já viviam numa sociedade igualitária conquistada pelos colonos, o Brasil caracterizava-se por desigualdades profundas e pela concentração do poder. Nessas circunstâncias o liberalismo assumia um caráter de consagração da desigualdade, de sanção da lei do mais forte. Acoplado ao presidencialismo, o darwinismo republicano – a última versão da postura liberal - tinha em mãos os instrumentos ideológicos e políticos para estabelecer um regime profundamente autoritário, sem o menor interesse em promover uma república popular, expandindo além do mínimo necessário a participação política. Dentro dessa visão, o patriota era praticamente incompatível com o homem econômico e a cidadania incompatível com a cultura. E mesmo a ideologia da república jacobina, de inspiração revolucionária e igualitária, acabou sendo adaptada, no Brasil, às hierarquias locais: havia o cidadão, o cidadão-doutor e até o cidadão-doutor-general.

Um grupo de intelectuais à antiga - como o abolicionista Joaquim Nabuco - percebendo a impossibilidade de se fazer a república na praça pública, buscava uma outra saída. E esta saída foi defender a versão positivista que unia ingredientes importantes como a separação entre Igreja e Estado; a condenação da Monarquia em nome do progresso; e a proposta de incorporação do proletariado à sociedade moderna. Enfim, o lema positivista “Ordem e progresso” significava tornar a República um sistema viável de governo.

Mas, na realidade, a República brasileira, além de ter surgido numa sociedade profundamente desigual e hierarquizada, foi proclamada num momento de intensa especulação financeira, causada em grande parte, pelas sucessivas emissões de dinheiro feitas pelo governo para atender às necessidades geradas pela abolição da escravidão. Esse espírito de enriquecimento pessoal a todo custo dava ao novo regime uma marca

incompatível com a virtude republicana. E nesse caso não poderia nem se falar na definição utilitarista do interesse público como a soma dos interesses individuais, já que não existia preocupação com o público. Predominava a mentalidade predatória, o espírito do capitalismo sem a ética protestante.

A América Latina, neste período sob estudo, tomou o caminho da “ocidentalização” na sua forma burguesa liberal com grande zelo e ocasionalmente grande brutalidade, de uma forma mais virtual que qualquer outra região do mundo, com exceção do Japão.⁹

A inexistência de um sentimento de comunidade, ou de nação, entre os brasileiros, é apontado como um fator fundamental para esta dificuldade em se implantar uma República virtuosa, como também para dificuldade em lidar com os dois modelos de liberdade, a dos antigos e a dos modernos, apontadas por Benjamim Constant. A busca dessa identidade coletiva para o país, como uma base para a construção da nação, seria uma tarefa imperiosa para grande parte da geração intelectual da Primeira República (1889-1930). E para alguns tornava-se um verdadeiro projeto ao qual dedicavam sua vida e sua obra. A missão era redefinir a República. Os propagandistas e os principais participantes do movimento republicano perceberam logo que não se tratava da República dos seus sonhos. Alberto Torres, num desabafo, dizia que “Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos”¹⁰. Na visão de Lima Barreto, a República incitou um tropel confuso:

Cada qual mais queria, ninguém se queria submeter ou esperar, todos lutavam desesperadamente como se estivessem num naufrágio. Nada de cerimônias, nada de piedade; era para frente, para as posições rendosas e para privilégios e concessões. Era um galope para a riqueza, em que se atropelava a todos, os amigos e inimigos, parentes e estranhos. A República soltou de dentro de nossas almas toda uma grande pressão de apetites de luxo, de fêmeas, de brilho social(...) Sem a grande indústria, sem a grande agricultura, com o grosso do comércio nas mãos dos estrangeiros, cada um de nós sentindo-se solicitado por um ferver de desejos caros e satisfações opulentas, começou a imaginar meios de fazer dinheiro à margem do código e a detestar os detentores do poder que tinham a feérica vara legal de fornecê-lo a rodo.¹¹

Entre acordos e desacordos com o poder instituído - como as lutas pela Independência, Abolição dos escravos e a República, a nossa *cidade letrada* começa a

⁹ HOBSBAWM, 1977: 139.

¹⁰ TORRES, 1982: 297.

¹¹ BARRETO, 1997: 190.

sofrer sua grande ruptura e fragmentação ao se deparar com a modernização que contara com o seu irrestrito apoio. É próprio do poder necessitar de um extraordinário esforço de ideologização para se legitimar. A fonte máxima das ideologias procede do esforço de legitimação do poder. A nova ordem que se estabelecia com a modernização exigiu o esforço de uma outra ideologização. Os homens de letras, que sempre estiveram ligados ao poder como tradutores e executores desse esforço, tiveram que se deparar com uma conjuntura desestruturadora das suas próprias crenças e tradições.

Grande parte daqueles que atuaram diretamente nas lutas pelas reformas do final do século XIX, depois de vitoriosos, vêm-se, de uma hora para outra, relegados a uma total “inutilidade” dentro do novo contexto político e econômico que se formava. As aspirações humanitárias que motivaram as grandes reformas e orientaram as suas ações, foram, num curto espaço de tempo, esquecidas e substituídas pelos valores que se impunham pela nova ordem mundial. A intelectualidade brasileira vive, na transição dos séculos XIX-XX, o grande abalo da sua tradição desde as origens coloniais.

A palavra-chave que sempre justificou a intervenção europeia é a *ordem*, ideologizando a colonização, legitimando e justificando todas as atrocidades contra os povos nativos – como também será a palavra chave da nova ideologia dominadora da modernização. Por definição, toda ordem implica uma hierarquia perfeitamente disciplinada. A questão é que a hierarquia apresentada pela nova ordem modernizadora operava a partir de outros valores e critérios, diametralmente opostos aos tradicionais: o poder de aquisição de bens materiais em substituição à aquisição da sabedoria, do conhecimento e dos bens espirituais.

Trata-se da história da erosão de um equilíbrio delicado que a sociedade mantinha antes da sua existência secular e capitalista. Era um equilíbrio entre a vida pública e a vida privada, ou seja, entre um terreno impessoal em que os homens poderiam investir uma espécie de paixão, e um terreno pessoal em que poderiam investir uma outra paixão. Esta organização social era regida por uma imagem da natureza humana baseada na idéia de um caráter humano natural; este caráter não era criado pelas experiências de uma vida, mas revelado por elas. Ele pertencia à Natureza e se refletia no homem. À medida que tanto a secularidade quanto o capitalismo adquiriram novas formas no século XIX, essa idéia de uma natureza transcendente perdeu gradativamente seu significado. Os homens passam a acreditar que são os autores do seu próprio caráter – e da sua própria natureza -, que cada acontecimento de suas vidas precisava ter um significado que definisse o que – ou quem - eram eles. Mas

as instabilidades e contradições de suas vidas tornavam difícil dizer qual era esse significado. Ainda assim o envolvimento em questões de personalidade aumentou cada vez mais. Gradualmente, essa força perigosa, misteriosa, que era o *eu*, passou a definir as relações sociais. Tornou-se um princípio social. Nesse ponto o terreno público de significação impessoal e de ação impessoal começou a diminuir.

O próprio evanescimento da *res publica* está intimamente ligado à crença de que as significações sociais são geradas pelos sentimentos de seres humanos individuais. Essa transformação camuflou duas áreas da vida social: uma é o âmbito do Poder e outra é o âmbito das aglomerações em que vivemos. Essa crença distorceu nosso entendimento do que é a cidade. A cidade como instrumento da vida impessoal, terreno onde a multiplicidade e a complexidade de pessoas tornam-se disponíveis como experiências sociais, o fórum no qual se torna significativo unir-se a outras pessoas sem a compulsão de conhecê-las enquanto pessoas, esta experiência se perdeu através das modernas “tirantias da intimidade”¹².

A superprodução que gerara a Grande Depressão de 1873 e que marcou os anos seguintes, começou a impor ao mundo suas necessidades prementes: inicia-se um urgente processo de produção de consumidores. O grande desafio passou a ser criar um mercado para a excessiva oferta de produtos industrializados. A fúria industrial passou a ser a grande norma vigente e se transformava, através de um discurso ideológico bem articulado, em conceitos como: progresso, civilização, ordem. Na verdade inicia-se um processo de persuasão coletiva através de um discurso “democrático” de grande alcance, que camuflava a tirania do consumo. O governo da autoridade soberana sobre uma multiplicidade de hábitos e de ações não precisa ser originado por coerção brutal, pode surgir por sedução, de tal forma que as pessoas queiram ser governadas por uma autoridade única que se coloque acima de todas elas. Uma instituição pode dominar como uma fonte única de autoridade, uma crença pode servir como padrão único para enfrentar a realidade. Configurava-se o *Admirável mundo novo*, previsto por Aldous Huxley em 1932, em que

Um Estado totalitário verdadeiramente eficiente seria aquele em que os chefes políticos de um Poder Executivo todo-poderoso e seu exército de administradores controlassem uma população de escravos que não tivessem que ser coagidos porque amariam a sua servidão.¹³

¹² SENNET, 1988: 413-4.

¹³ HUXLEY, 2001: 28.

A razão pela qual as transformações materiais não levaram à percepção de um caos total, ou a razão pela qual as pessoas da classe média podiam sentir que a sobrevivência era possível na cidade, ou pela qual a vida cosmopolita era importante e significativa, apesar de todos os seus terrores, era exatamente porque os cidadãos não precisavam inventar uma cultura urbana com imagens de como seria a vida na cidade, de como enfrentar o desconhecido, de como se comportar diante de estranhos. Havia uma cultura herdada. Essa cultura era o domínio público. Ela sobreviveu para os nossos tataravós como um instrumento para que se tentasse preservar a ordem em meio a mudanças materiais muito grandes. Aquilo que os nossos antepassados receberam com o tempo e como o fizeram com todas as heranças, foi desperdiçado. A burguesia deformou a cultura de se levar uma vida significativa distanciada das incertezas das circunstâncias pessoais.

Richard Sennett define a nova vida pública que se formava no século XIX a partir da nova noção de consumo e a relação pessoal que ele estabelecia. Com o estímulo que se passou a dar ao comprador para revestir os objetos de significações pessoais, além da sua utilidade, surge um novo código de credibilidade baseado no comércio. O investimento de sentimentos pessoais e a observação passiva estavam se unindo. Karl Marx definiu essa psicologia do consumo como o “fetichismo das mercadorias”. Estar em público era ao mesmo tempo uma experiência pessoal e passiva. O trabalho da propaganda industrial se faz por um ato de desorientação que depende dessa superposição de imagens: o fetiche sobre o objeto real. O século XIX vive o entrecruzamento dessas duas crenças relativas ao domínio público: um novo espectador, passivo, e o outro que ainda acreditava na vida pública.

Mas era visível que este homem público sentia-se mais confortável enquanto uma testemunha da expressão de outra pessoa, do que como um ativo condutor da própria expressão. Um exemplo ilustrativo dessa nova sedução é o caso do personagem Aires, de Machado de Assis, que gostava de ver as notícias privadas impressas “porque faz da vida de cada um uma ocupação de todos”¹⁴. Como lembra Beatriz Jaguaribe, “A maledicência, o falar mal da vida alheia, cumpre uma função de extravasamento retórico. É a tática censurada, mas praticada, de fomentar a crítica sem comprometer uma ação direta”¹⁵.

¹⁴ ASSIS, 1988: 61.

¹⁵ JAGUARIBE, 1998: 48.

A modernização é fruto de um amplo processo de sedução e de redução de um continente à condição de periferia, imposta por uma força distante, indiferente aos sacrifícios dos homens, que age de acordo com a lógica quase mecânica de uma economia-mundo. Era fundamental, para a “sobrevivência” das indústrias que nasciam, convencer todas as sociedades tradicionais da necessidade do consumo dos produtos industrializados. Não importava a necessidade dos homens, mas a da indústria, iniciando-se assim a lógica que vivemos plenamente hoje: produzir o consumidor para o produto. É na esteira dessas transformações que surge a propaganda como o grande veículo do discurso ideológico hegemônico. Paralelamente, outras linguagens institucionais funcionavam com eficácia no sentido de garantir a grande hegemonia européia e a expansão do seu mercado.

A ambição de se tornar uma grande nação moderna a partir da promessa de bem estar para todos, igualmente, o sentimento de inferioridade diante das nações civilizadas, a desvalorização das tradições nacionais diante das maravilhas da sociedade de consumo eram alguns aspectos que tornavam as sociedades periféricas presas fáceis diante da selvageria das grandes potências. O deslumbramento da cidade letrada diante das maravilhas da modernização impedia que os homens de letras tivessem a visão real das coisas ou do preço que se pagaria como economia periférica: inicia-se o longo processo político e econômico de tornar os países periféricos seus dóceis dependentes, através dos empréstimos “generosamente oferecidos” pela Inglaterra. Nas palavras de um cronista da época:

Desde então, a progressão da taxa de capitalização e a expansão dos recursos, principalmente através dos empréstimos sucessivos e generosos dos anos que antecederam a Guerra, fez-se numa cadência que chegava mesmo a surpreender e preocupar os próprios agentes insufladores desse processo¹⁶.

A República no Brasil, iniciando-se na esteira dessa nova ordem mundial que se instala, faz uma nítida seleção política que elimina da cena, primeiramente, as antigas elites do Império para depois então eliminar os grupos comprometidos com os anseios populares, aqueles “excessivamente comprometidos com a República”, em outras palavras, movidos pelo legítimo ideal da *res publica*. Opera-se, dessa forma, uma verdadeira filtragem de elementos hostis ao novo regime que se impõe. E por este “filtro” passam também alguns “homens de letras” que representavam os grandes ideais

¹⁶ *Jornal do Comércio*, 15/11/1909, “Editorial”.

dos valores universais que orientaram as sociedades até o século XIX. Euclides da Cunha resume de forma exemplar os “novos tempos”:

O Quinquênio de 1875-1880 é o da nossa investidura temporã na filosofia contemporânea, com seus vários matizes, do positivismo ortodoxo ao evolucionismo no sentido mais amplo e com várias modalidades artísticas, decorrentes, nascidas de idéias e sentimentos elaborados fora e muito longe de nós. A nossa gente, que mal ou bem ia seguindo com os caracteres mais ou menos fixos, entrou, de golpe, num suntuoso parasitismo. Começávamos a aprender de cor a civilização, coisas novas, bizarras, originais, chegando, cativando-nos, desnordeando-nos e enriquecendo-nos de graça ...Diante de novos descortinos mais amplos, partiu-se a cadeia tradicionalista que se dilatara até aquele tempo...¹⁷

Contribuiu decisivamente para a nova configuração brasileira o fenômeno do encilhamento, que promoveu um processo cruel de substituição dos grupos econômicos através da queima de fortunas seculares, transferidas para as mãos de “um mundo de desconhecidos” por meio de negociatas diversas. A expansão de crédito para empresas industriais criou numerosas sociedades anônimas e a intensa especulação com ações. Enfim, a especulação financeira passa a ser uma prática comum de enriquecimento, sendo transferida do jogo dos títulos e ações para as operações suspeitas em torno das oscilações cambiais que marcaram o início da República.

O Encilhamento, com aquelas fortunas de mil e uma noites, deu-nos o gosto pelo esplendor, pelo milhão, pela elegância e nós atiramo-nos à indústria das indenizações. Depois, esgotados, vieram os arranjos, as gordas negociatas sob todos os disfarces, os desfalques, sobretudo a indústria política, a mais segura e a mais honesta.¹⁸

A “filosofia contemporânea”, apesar de ter nascido de idéias e sentimentos elaborados fora e muito longe de nós, como explica Euclides da Cunha, não se resumia em mera imitação, mas era fruto da amplitude de um único processo de mudança em todo o mundo ocidental. Convencidos da urgência da modernização do país, motivados pelas idéias européias relacionadas ao mito da civilização e do progresso, a intelectualidade brasileira, imbuída da promessa da modernidade de prosperidade para todos, tornou-se a grande difusora e propagandista das transformações no cenário político, econômico e social brasileiro. E para compensar seu sentimento de inferioridade e atraso em relação às nações civilizadas, cria seus próprios mitos, como o da superioridade da nação que se revelará num futuro: a ideologia do país novo, do

¹⁷ CUNHA, 1966, vol. 1, p. 209-10.

¹⁸ BARRETO, 1997: 190.

“gigante adormecido”, a nova Canaã para os imigrantes que chegavam. O mito ufanista romântico da riqueza e da exuberância natural transforma-se no mito da riqueza material e do utilitarismo da vida. A beleza das paisagens passa a ser a da vida urbana marcada pela exuberância das chaminés das indústrias. Esta ideologia se impõe até transformar-se na propaganda “Poluição é progresso”.

A economia começa a ditar as regras da nova ordem mundial e conseqüentemente, das condutas sociais, impondo os novos valores materiais em substituição aos antigos valores universais e abstratos que caracterizavam a mentalidade pré-moderna. A estrutura cultural fluuava sobre a econômica, reproduzindo-a. A filosofia, disciplina que tinha uma voz privilegiada na interpretação do mundo com a intenção de ampliar incessantemente a compreensão da realidade, tendo o homem como tema fundamental dessa compreensão, perde seu lugar para a economia, ciência que trata dos fenômenos relativos à produção, distribuição e consumo de bens materiais. Na verdade, “o abandono da idéia de solidariedade está por trás desse entendimento da economia e conduz ao desamparo em que vivemos hoje”, esclarece o geógrafo e pensador brasileiro Milton Santos, sobre a atual situação brasileira do século XXI. Da mesma forma, Lima Barreto percebeu estas relações um século antes:

Se a dissolução dos costumes que todos anunciam como existente, há, antes dela houve a dissolução do sentimento, do imarcescível sentimento de solidariedade entre os homens.¹⁹

O individualismo, levado aos exageros destruidores do egoísmo, enfraqueceu os laços de solidariedade ... Infelizmente (...) a noção de sacrifício se extingue com os progressos do individualismo revolucionário, cujo preceito supremo é o *cada um por si*.²⁰

Este quadro favorece o surgimento de novos atores, muito mais ágeis na corrida pelo ouro e atentos às chances do momento, espertos jogadores e apostadores movidos pela lógica do oportunismo. Dessa forma, a operação de substituição de valores, é surpreendentemente rápida. A especulação financeira que traz à cena o enriquecimento imediato, não mais como fruto do trabalho, mas das práticas do jogo financeiro, reforça o início do processo de individualização e competição característico do novo mundo capitalizado e define bem o que Richard Sennet chama de “respeitabilidade burguesa

¹⁹ BARRETO, 1956, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 80.

²⁰ “O bumba-meu-boi”, Revista *Kosmos*, janeiro de 1906.

fundada na sorte”²¹. Os novos princípios para se fazer dinheiro e para se dirigir grandes organizações eram um mistério até mesmo para aqueles que eram muito bem sucedidos. Era possível, de fato, ganhar ou perder muito dinheiro rapidamente. “Tudo que é sólido desmancha no ar”, uma frase do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, foi o ponto de partida para Marshall Berman construir um painel vertiginoso sobre a “aventura da modernidade” na obra que tem a frase como título.

José Veríssimo, um dos críticos brasileiros mais respeitados no início do século XX, vai mais longe ao comentar as novas práticas especulativas: “A bolsa nesses últimos tempos é a fotografia da sociedade, cada qual procura enganar a cada um com mais vantagem (...), os ricos de hoje são os troca-tintas [trapalhões] de ontem”²².

Lima Barreto, um crítico ferrenho da cultura da bajulação e da submissão que reinava na época, criou o exemplar *Genelício*²³:

Quando entrava um ministro, fazia-se escolher como intérprete dos companheiros e deitava um discurso; nos aniversários de nascimento, era um soneto que começava sempre por “Salve” e acabava também por “Salve! Três vezes Salve!”. O modelo era sempre o mesmo; ele só mudava o nome do ministro e punha data. No dia seguinte, os jornais falavam do seu nome, e publicavam o soneto.

Durante o processo de mudança política, os cargos rendosos e decisórios passaram rapidamente para as mãos desses grupos de recém-chegados que acabavam sendo premiados com as ondas de “nomeações”, “indenizações”, “concessões”, “garantias”, “privilégios” e “proteções”. Até mesmo os “gentis-homens” remanescentes do Império, aderindo à nova regra, “curvam-se e fazem corte ao burguês plutocrata”.

Já se foi o tempo em que acolhíamos com uma certa simpatia esses parentes que vinham descalços e malvestidos, falar-nos de seus infortúnios e de suas brenhas. Então a cidade era deselegante, mal calçada e escura, e porque não possuíamos monumentos, o balouçar das palmeiras afagava a nossa vaidade. Recebíamos então sem grande constrangimento, no casarão, à sombra de nossas árvores, o gentio e seus pesares, e lhes manifestávamos a nossa cordialidade fraternal (...) Agora porém a cidade mudou e nós mudamos com ela e por ela. Já não é a singela morada de pedra sob coqueiros; é o salão com tapetes ricos e grandes globos de luz elétrica. E por isso quando o selvagem aparece é como um parente que nos envergonha. Em vez de reparar nas mágoas do seu coração, olhamos com terror para a lama bravia dos seus pés. O nosso *smartismo* estragou a nossa fraternidade.²⁴

²¹ SENNET, 1988: 176.

²² “Livros novos”, *Jornal do Comércio*, 2/4/1900.

²³ BARRETO, s/d.: 46.

²⁴ “A semana dia a dia”, *Jornal do Comércio*, 30/3/1908.

Esse processo de transformações deveria convergir necessariamente para o campo das instituições políticas, ou seja, à implantação do Estado-nação brasileiro. Esta implantação era nada menos que uma forma de se estabilizar uma nova ordem e adaptar-se a uma crise única de crescimento mundial, cuja origem se encontrava justamente nas nações que já haviam fundado as instituições, se não adequadas a esta “crise”, pelo menos capazes de enfrentá-la. Portanto, a modernização no Brasil não foi, como às vezes é sugerido, uma mera cópia de padrões europeus, mas algo muito maior, um avassalador processo de mudanças em nível mundial que arrastava as sociedades tradicionais.

Essa implantação das instituições de padrão europeu, como uma forma de se estabelecer a ordem tão desejada, acabou produzindo os resultados de acordo com a própria incapacidade de adaptação desses modelos às nações periféricas: o enorme peso das instituições que configuram o poder e a falta de capacidade dos indivíduos em enfrentá-las e vencê-las. Podemos compreender a famigerada burocracia brasileira e sua máquina eternamente “emperrada” como um sinal desta inadequação de modelos importados de uma sociedade que os inventou, para outra que os importou. O peso dessa burocracia parece ser o resultado da necessidade de controle ou de um esforço de “domesticação” por parte de um poder instituído sobre uma sociedade em formação, em grande parte ainda primitiva.

Os mitos partem de componentes reais, mas não são obviamente traduções do funcionamento da sociedade, e sim desejos possíveis de seus integrantes. São condensações de suas energias acerca do mundo, que em outras sociedades como a norte-americana, por exemplo, se abastecem nas forças individuais, enquanto no Brasil como nas sociedades latino-americanas, esses desejos passam por uma percepção aguda do poder, concentrado em altas esferas e simultaneamente, uma sutil desconfiança em relação à capacidade individual de se opor a ele. Em outras palavras, as sociedades urbanas latino-americanas operam dentro de modelos mais coletivizados e seus mitos opostos do poder passam através da configuração de grupos. É compreensível, seguindo essa lógica, a necessidade que têm os brasileiros de representações coletivas, de líderes orientadores, sacerdotes da sociedade. A representação coletiva prevalece sobre a iniciativa individual.

2.2. A demissão do *mosqueteiro intelectual* ²⁵

O pior destino que se pode legar a um *mosqueteiro* é não incumbi-lo de nenhuma missão.

Nicolau Sevcenko

Houve, no Brasil, um claro deslocamento social imposto pela nova ordem. O valor de mercado dava início ao processo de substituição dos atores sociais. Os “homens de letras” perdiam sua importância diante das demandas da nova conjuntura social, tornavam-se inúteis como representantes de antigos valores, e as classes desfavorecidas foram simplesmente eliminadas do centro urbano, deixadas ao sabor do acaso e da miséria. Esse deslocamento das tradicionais classes sociais para fora da cena, se procedeu paralelamente à entrada dos novos atores. Um sentimento de frustração e impotência tomou conta dos tradicionais homens de letras que não se adequavam às expectativas reais do novo *homo economicus*, e não exerceram as funções esperadas nos cargos de comando, imediatamente ocupados pelos ágeis oportunistas que atuavam no ritmo da lógica do mercado.

A sabedoria deixou de ser a aspiração dos espíritos para ser a anomalia dos solitários. É interessante considerar nessa moral de parvenus. Entre nós ouvimos a todo instante dizer-se: até não vale a pena a gente estudar, porque só os nulos, os incompetentes é que sobem. Tenho ouvido algumas vezes: _ Se tivesse um filho, ele não aprenderia a ler, ficaria bem estupidozinho, a fim de vencer na vida; e tenho ouvido enumerar o enorme catálogo das pessoas incompetentes que ocupam posições superiores ao seu mérito. O nosso país é, a este respeito, na opinião dos pessimistas, um país essencialmente perdido.²⁶

Os “*mosqueteiros intelectuais*” eram os ilustrados que praticamente não existiram no Brasil do século XVIII, e seguindo a tradição redentorista do letrado americano, estavam destinados, fatalmente, à orientação de uma sociedade que apenas havia começado a praticar as forças democráticas. Durante as lutas pela República e Abolição da escravatura, conquistaram a posição de heróis revolucionários, sendo intitulados “*mosqueteiros intelectuais*”. Havia neles uma aura de paladinos, defensores e representantes dos anseios – ambigualmente - populares, unida à capacitação pelas

²⁵ Expressão utilizada pelos escritores João Alexandre Barbosa em *A tradição do impasse*, p. 77-111 e Ciro Vieira da Cunha em *No tempo de Paula Ney*, p. 12, 40, 77 e 93, para designar o emgajamento que se tornava a condição ética do homem de letras do final do século XIX.

²⁶ AMADO, 1947: 25.

letras, que os legitimou como os grandes norteadores da nação. Essa era a aura do homem heróico, aquele que não possuía existência privada, já que todos os seus atos eram direcionados à comunidade, à contemplação pública. E seus feitos são heróicos na medida em que revelam um etos comunitário sem as restrições da vivência individualizada. Essa representação coletiva do herói vinha de encontro à nova ordem de valores da modernidade.

Por ser parte real, parte construído, por ser fruto de um processo de elaboração coletiva, o herói diz menos sobre si mesmo do que sobre a sociedade que o produz. Esses cavaleiros tornaram-se logo coisa do passado. Sua “cruzada modernizadora”, vitoriosa, largou-os à margem, sem mais utilidade. Dedicados ao utilitarismo social do século XIX, vêem-se transformados em personagens socialmente inúteis no novo século, na hora do triunfo dos seus ideais. Os agravos contra a total inversão de valores e o forte sentimento de desprezo e traição pareciam ser um sentimento comum a todos, como mostra o crítico José Veríssimo:

Todos se presumiam e diziam republicanos, na crença ingênua de que a República, para eles palavra mágica que bastava à solução de problemas de cuja dificuldade e complexidade não desconfiavam sequer, não fosse na prática perfeitamente compatível com todos os males da organização social, cuja injustiça os revoltava²⁷

Euclides da Cunha desabafava: “A ver navios! Nem outra coisa faço nesta adorável República, loureira de espírito curto que me deixa sistematicamente de lado...”. “Os que lutam entre as convicções mal firmadas e as que lhes vêm do passado sofrem, mas é, sobretudo, desse mau ajustamento”, dizia Medeiros e Albuquerque²⁸.

O momento era da “imbecilidade triunfante” nas palavras de Euclides da Cunha, uma verdadeira “mediocracia” - termo que se tornou corrente. A cidade das Letras parecia dismantelar-se, fato que se associava com a perda da segurança dos valores do espírito, das artes e da filosofia que formaram a tradição ocidental. Os talentos já não significavam nada, como afirmava Farias Brito: “Aqui o homem de espírito, o pensador, o artista é o objeto quase de escárnio, por parte dos senhores da situação e dos homens de Estado. Um pensador, um artista vale para eles menos que uma forte e valente cavalgadura; um poeta menos que uma bonita parelha de carro”.

²⁷ Vida literária” in Revista *kosmos*, n. 7, 1904

²⁸ MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1933: 78.

Mário Pederneiras, um poeta intermediário entre as linhas avançadas do Simbolismo e o Modernismo de 1922, com ressentimento irônico, debocha do burguês, tema que seria retomado por Mário de Andrade e relacionado ironicamente às “adiposidades cerebrais” na poesia *Ode ao burguês*.

Eu preferia ter nascido
Um pesado burguês, redondo e manso,
Alimentado e rude;
Desses que vivem a vender saúde,
Cuja vida, incolor e sem sentido,
É um cômodo vale de descanso.²⁹

Esses paladinos, de uma hora para outra, deveriam descer das alturas da representação pública e tornar-se homens comuns. O próprio jornalismo, como grande empregador das classes letradas, tratou de desmistificá-los, trazendo-os ao convívio fácil e diário das leituras rápidas. João Luso, jornalista experimentado, acompanhou Euclides da Cunha na redação de um pequeno texto nos escritórios do *Jornal do Comércio* e comentou que “levou aquilo mais de três horas, para ocupar no dia seguinte um reduzido espaço no jornal”.

João do Rio publica em 1908 o *Momento literário*, o primeiro livro brasileiro de entrevistas, que trazia alguns dos epígonos intelectuais falando de dentro das suas casas, sobre suas rotinas de trabalho e a literatura. Na introdução, João do Rio, em conferência com um amigo, justifica a sua publicação:

O público quer uma nova curiosidade. As multidões meridionais são mais ou menos nervosas. A curiosidade, o apetite de saber, de estar informado, de ser conhecedor são os primeiros sintomas da agitação e da nevrose. Há da parte do público uma curiosidade malsã, quase excessiva. Não se quer conhecer as obras, prefere-se indagar a vida dos autores. Precisamos saber? Remontamos logo às origens, desventramos os ídolos, vivemos com eles. A curiosidade é hoje uma ânsia... Ora, o jornalismo é o pai dessa nevrose, porque transformou a crítica e fez a reportagem.³⁰

Aqueles valores abstratos, representados pelos homens públicos, transformavam-se em valores muito concretos: a roupa, a moda, o carro, a utilidade das coisas, enfim, era o que importava. O dandismo, a elegância, o *smartismo* ditavam o novo estilo com um poder legitimador do novo homem:

²⁹ FILHO, 1958: 54.

³⁰ RIO, s/d. : 6.

Mas o Brasil transforma-se, civiliza-se. (...) Uma nova necessidade infiltrou-se nos nossos hábitos: a necessidade da higiene e do confortável. O escritor precisa de higiene, de cuidados, de luxo. Eu acredito que o gênio profundo e fecundo de Coelho Neto não se expandiria de maneira tão maravilhosa se não tivesse o ambiente de luxo e de conforto da sua sala de trabalho; e Medeiros e Albuquerque não possuiria aquela regularidade, aquela precisão, aquela clareza de argumentos e de estilo se não adquirisse na vida todas as comodidades do corpo e do espírito. Há vinte anos um sujeito para fingir de pensador começava por ter a barba por fazer e o fato cheio de nódoas. Hoje, um tipo nessas condições seria posto fora até mesmo das confeitarias, que são e sempre foram as colmeias dos ociosos.³¹

O novo homem passava a ser medido pelo valor do mercado e seu peso estipulado pelo seu poder de adquirir, questão tratada de forma exemplar em toda a obra de Machado de Assis. O homem público, regido pelos valores do trabalho, honra e dever foi substituído pelo “sujeito de préstimo”, o tempo era curto e a urgência grande. Os novos tempos traziam os ideais de um outro ídolo: o “burguês plutocrata”, bem representado nas palavras de Tavares Bastos:

O país não pertence aos ídolos, o país se volve para aqueles que sabem o que querem, os verdadeiros liberais, os reformadores, os inimigos da rotina, os derribadores das estátuas de barro, os adversários da palavra oca, os homens de idéias. A salvação da sociedade está justamente nesta incontestável tendência para as coisas úteis, para as reformas necessárias, irresistível corrente a que não se pode pôr de frente ninguém, ninguém, ou cinja a coroa dos louros civis, ou cingisse embora o diadema real. Esta sede de novidades, esta transformação moral, esta força democrática é que alenta e comove a nação. Nomes, palavras, discursos vão, tudo isso já é irrisório. Só merecem conceito a reforma útil e o sujeito de préstimo.³²

Graça Aranha em *Canaã*, resume a situação num certo tom apocalíptico e profético:

Tudo se desagrega, uma civilização cai e se transforma no desconhecido ... Há uma tragédia na alma do brasileiro quando ele sente que não se desdobrará mais até o infinito ... E a tradição rompeu-se, o pai não transmitirá mais ao filho a sua imagem, a língua vai morrer, os velhos sonhos da raça, os longínquos e fundo desejos da personalidade emudeceram, o futuro não entenderá o passado.³³

A perda das tradições e a confusão dos espíritos revelavam um mundo que se diluía nas incertezas e no sentimento trágico, como revela o encontro de Coelho Neto e Paula Ney: o primeiro fala da sua pretensão em se tornar um homem de

³¹ Idem, p. 100.

³² VITA, 1968: 262.

³³ ARANHA, s/d.: 40.

letras, e recebe os pêsames do amigo escutando o seguinte conselho irônico: “Neste país viçoso a mania das letras é perigosa e fatal. Quem sabe sintaxe aqui é como quem tem lepra. Cure-se! Isto é um país de cretinos! Convença-se ... letras só as de câmbio”. A literatura, que mediava os projetos de resistência das grandes campanhas públicas do passado, perdia sua força diante da lentidão na produção, circulação e consumo literários, ainda intensificada pela concorrência com a imprensa diária, um sistema de informações coerente com o novo ritmo da vida moderna. A popularidade e o consumo do jornal criava uma forte indústria que acabou sendo a grande empregadora dos extintos “homens de letras”.

Gilberto Amado ratifica esse ponto de vista:

Esse indivíduo [o artista] é um expatriado, o país não o conhece; não se estabelece entre ele e o ambiente essa virtualidade, essa simpatia e compreensão recíprocas que lhe criam o domínio e o triunfo. O artista aí há de fatalmente recuar para o fundo da cena. É uma figura secundária³⁴

José Veríssimo, através da sua coluna no *Jornal do Comércio*, praticamente dirigiu todo o movimento literário na primeira década do século XX, travando uma luta constante a favor do afastamento entre a camada intelectual e os grupos no comando da República:

Os intelectuais têm, entretanto, perfeita razão, penso eu, de se apartarem do campo onde a pretexto de patriotismo e outras coisas práticas em ismo, se manipulam todas as transações, se preparam todas as capitulações de consciência, se aparelham e acomodam todos os interesses, que constituem o fundo da vida política moderna. Os que lho censuram confundem grosseiramente política, eleições, jornalismo, briga por empregos e posições, o parlamentarismo com todas as suas mentiras, as ficções desmoralizadas do constitucionalismo, com os altos interesses humanos e sociais, quando nada há de comum entre uns e outros.³⁵

De uma forma ainda não vista antes, a intelectualidade conquistava uma relativa autonomia em relação às práticas ligadas ao poder vigente ou à simples respeitabilidade pública. Pode-se perceber a capacidade de funcionamento autônomo de que é capaz a classe letrada. Ángel Rama chama atenção para “o sobrevivente poder da cidade das letras, além da independência e do forçoso epigonalismo que se registra entre seus

³⁴ AMADO, 1947: 25.

³⁵ VERÍSSIMO, 1902: 68-9 e 71.

membros, religando-os fervorosamente às origens, quando uma constituição do grupo intelectual se conserva tanto tempo sem modificação profunda”³⁶

Mas esta independência era ao mesmo tempo desejada e compulsória, sendo na verdade um resultado do desprezo social e do analfabetismo que assolava o país e a literatura. Dessa forma, era uma independência contraditória: libertadora por um lado, preservando o campo ético, mas esterilizante por outro, negando o campo da ação. E nesse último aspecto, tinha um preço elevado: implicaria uma posição socialmente marginalizada, às vezes miserável, agravada pelas crises econômicas que marcaram a Primeira República. O poder redentorista das letras ruía, a modernização forçou uma situação em que a cidade das letras, sob uma iminente falência, demitia os seus letrados. Coelho Neto descreve a visita que fez a um poeta na sua agonia de morte:

Que trabalho para conseguir achar a pocilga em que se extinguiu o espírito irradiante! (...) O quarto ...Ah! meu amigo ... uma estufilha com um postigo sobre o telhado. Cama de ferro sem lençóis, uma mesa de pinho atulhada de jornais e brochuras, uma cadeira espipada, andrajos escorrendo de pregos à parede, e, num caixote, um coto de vela vasquejando numa garrafa.³⁷

O mesmo Coelho Neto descrevia o seu primeiro encontro com Aluísio Azevedo, já então uma grande personalidade das letras no Rio de Janeiro: “Ó sonho! Rui Vaz [Aluísio Azevedo] ali estava, não como um deus no santuário venerável, mas homem, simples homem, modesto e pobre, entre móveis reles, de calças de brim, camisa de setineta aberta no peito curvado sobre a bacia do seu lavatório”. Alberto de Paula Rodrigues dizia que Lima Barreto era “evitado pelos demais literatos pois já cedo, no dia, estava completamente embriagado e seu aspecto era repugnante”³⁸. E Lima Barreto, por sua vez, justificava: “Muitas causas influíram para que eu viesse a beber (...). Adivinhava a morte do meu pai e eu sem dinheiro para enterrá-lo; previa moléstias com tratamento caro e eu sem recursos”³⁹

Euclides da Cunha, também assolado pela falta de reconhecimento, confessava: “Não fui ao Briguiet porque me faltou tempo e dinheiro. Os padres do Colégio Anchieta [onde estudava o filho do escritor] esmagaram-me com uma conta e fim de ano assombrosa; depois vieram as do médico, do farmacêutico. Um horror”⁴⁰.

³⁶ RAMA, 1985: 47.

³⁷ COELHO NETO, 1924: 173-4.

³⁸ FREYRE, 1962: 652-253.

³⁹ BARRETO, 1956, *Cemitério dos vivos*, p. 47-8.

⁴⁰ CUNHA, 1966, vol. 1, p. 539.

Mas havia os que defendiam os novos valores do mercado e a conformidade com a nova aparência, como uma marca externa da capacidade interior. O *dândi* João do Rio argumenta:

Os tempos mudaram, meu caro. Há vinte anos um sujeito para fingir de pensador começava por ter a barba por fazer e o fato cheio de nódoas. Hoje, um tipo nessas condições seria posto fora até mesmo das confeitarias, que são e sempre foram as colmeias dos ociosos. Depois, há a concorrência, a tremenda concorrência de trabalho que proíbe os romantismos, o sentimentalismo, as noites passadas em claro e essa coisa abjeta que os imbecis divinizam chamada boêmia, isto é, a falta de dinheiro, o saque eventual das algibeiras alheias e a gargalhada de troça aos outros com a camisa por lavar e o estômago vazio...

— Há de permitir que eu o considere feroz. Em segundo, a idéia clara de que o homem de letras só tem um desejo, mesmo quando está na torre de marfim: conquistar o favor público, ser lido e ser notado.⁴¹

Esses “intelectuais de casaca”, sem maiores compromissos sociais, bem colocados na nova ordem, muito requisitados para as famosas conferências, convidados de honra para o magistério público ou para alguns cargos de fachada no poder central, além de empregados da imprensa, tornavam-se homens ricos dedicados a uma literatura que representava o “sorriso da sociedade”, como um espelho do seu público.

Hoje, sejamos francos, a literatura é uma profissão que carece do reclamo e que tem como único crítico o afrancesado Sucesso. Não sei se conhece o livro de Gastão Ragot a respeito. O êxito, resultante ou acidental, é uma força. Esta força não é cega e não é inexplicável: vem de uma corrente que o vulgo acompanha, mas que o filósofo analisa, corrente que obedece a leis fáceis de determinar. O autor, seja ele qual for, de uma notoriedade lucrativa, de valor no mercado — porque a venda é uma força — deve o seu sucesso ao favor público. O público não simpatiza senão com os que o sabem tocar e lisonjear. A marca de um autor cotado é uma boa marca. Ele a princípio é quem a recomenda; ela depois é que o faz valer. Por isso o autor que vence é uma espécie de jogador feliz⁴²

O fenômeno Coelho Neto ilustra bem a “notoriedade lucrativa”. O escritor ressurgiu como uma das personalidades mais importantes na virada do século. Foi professor público de história da arte, professor de literatura do Ginásio de Campinas em 1900; em 1909 foi efetivado como lente do Colégio Pedro II, o mais importante instituto de ensino secundário do país. Nesse mesmo ano é eleito deputado pelo Maranhão, depois nomeado secretário do governo do estado do Rio, professor de história das artes e literatura dramática da Escola Dramática Municipal, além de diretor desta mesma

⁴¹ Op. Cit. P. 100.

⁴² Idem, idem.

instituição. Isso tudo sem deixar de ser um dos mais assíduos colaboradores da imprensa diária, das revistas mundanas, mestre-de-cerimônias de festas oficiais e semi-oficiais, paraninfo preferencial dos formandos da cidade e um conferencista de sucesso garantido. E ao mesmo tempo realizou uma carreira literária sem paralelos na história das letras nacionais, ao menos quanto ao volume. O escritor, apontado pela crítica como preciosista e mercenário, conseguiu uma espetacular proeza no limitadíssimo mercado editorial brasileiro: cinquenta volumes publicados, até 1908: “Sim, e a todos prezo, sim, cinquenta! Bastava que em cada um houvesse uma página digna para que os publicasse”. Alcançava, até a sua morte, em 1934, a produção de 120 volumes. Cercado de glórias, o escritor viveu plenamente o sucesso. Viajou para a Europa em 1913 e viu seus livros traduzidos para outros idiomas. Foi também presidente da Academia Brasileira de Letras e aclamado “Príncipe dos prosadores brasileiros”.

— Sou um trapista do trabalho, a *bête de somme* dos franceses — quero, e mourejo como um servo da gleba... Ah! meu amigo, o artista não é o zoilo das confeitarias à cata de jantar.

Preciso de um relativo conforto, preciso rodear os meus filhos de bem-estar. Trabalho! Creio que só a tenacidade e o querer têm obstado a minha morte. Hei de ir até o fim com o prazer de ter pago sempre as minhas dívidas...⁴³

João do Rio, em entrevista com o escritor, afirma que “Coelho Neto é no Brasil o que Rudyard Kipling é na Inglaterra, — o homem que joga com maior número de vocábulos. Alguém já lhe calculou o léxico em 20.000 palavras”. O escritor argumenta:

A palavra escrita vive do adjetivo, que é a sua inflexão. Daí a grande necessidade de disciplinar o vocabulário (...) A questão não é de vocabulário; é de disciplina. (...) Eu consegui disciplinar o vocabulário. Dada uma certa impressão, concluída uma idéia, posso sentar-me e escrever. A idéia sai vestida e os termos exatos juntam-se no perfeito reflexo da impressão.⁴⁴

Lima Barreto, representante da intelectualidade da oposição, comenta:

O deputado [Coelho Neto] ficou sendo o romancista que só se preocupou com o estilo, com o vocabulário, com a paisagem, mas que não fez do seu instrumento artístico um veículo de difusão das grandes idéias do tempo, em que não repercutiram as ânsias de infinita justiça dos seus dias; em que não encontrou eco nem revolta o clamor das vítimas da nossa brutalidade burguesa, feita de avidez de ganho, com a mais sinistra

⁴³ Idem, p. 19.

⁴⁴ Idem, idem.

amoralidade para também edificar, por sua vez, uma utopia ou ajudar a solapar a construção social que já encontrou balançando. (...) não pode ser o que um literato deve ser quando logra pisar em tais lugares: um semeador de idéias, um batedor do futuro.⁴⁵

A mistificação da escritura, nesse contexto, promoveu a mistificação da arte retórica que passava a ser uma espécie de instrumento que validava e legitimava todas as disciplinas. A própria ciência acabou se rendendo a essa arte a ponto de fazer dos médicos, muitas vezes, profissionais mais treinados nas artes literárias do que na fisiologia humana. Gilberto Freyre ilustra bem esse poder legitimador da letra, lembrando que, ainda no século XIX:

A Medicina científica propriamente dita, se viu, por vezes, em situação de estudo ou de culto quase ancilar do da literatura clássica; do da Oratória; do da Retórica; do da elegância de dizer; do da correção no escrever; do da pureza no falar; do da graça no debater questões às vezes mais de Gramática que de Fisiologia⁴⁶

O Dr. Armando, do romance *O triste fim de Policarpo Quaresma*, “escrevia artigos, estiradas compilações, em que não havia nada de próprio, mas ricos de citações em francês, inglês e alemão”. Ao menos a aparência de leitor de grandes obras era fundamental: “À noite, ele abria as janelas das venezianas, acendia todos os bicos de gás e se punha à mesa, todo de branco com um livro aberto sob os olhos”⁴⁷.

As disciplinas confundiam-se de tal forma que, na conclusão de Lima Barreto, “Os gramáticos não olhavam com bons olhos uma tal invasão por parte dos cirurgiões, na sua seara. Ruminaram a vingança” contra os médicos: aqueles começaram a dar consultas sobre a arte de escrever “nas páginas mortas dos jornais diários”, e, de acordo com os preceitos puristas da língua, criaram uma “patologia lingüística” como as construções populares, modismos profissionais, que começaram a analisar e explicar como fazem os médicos com as moléstias.

O burocrata Genelício, para ser respeitado e promovido, também se servia da retórica salpicada de citações estrangeiras em artigos de contabilidade pública:

Na bajulação e nas manobras para subir, tinha verdadeiramente gênio. Não se limitava ao soneto, ao discurso (...) No intuito de anunciar aos ministros e diretores que tinha uma erudição superior, de quando em quando desovava nos jornais longos artigos sobre contabilidade pública. Eram meras compilações de bolorentos decretos, salpicadas aqui e ali com citações de autores franceses ou portugueses.⁴⁸

⁴⁵ BARRETO, 1956, *Impressões de leitura*, p. 76.

⁴⁶ FREYRE, 1959: 200.

⁴⁷ BARRETO, s/d.:117.

⁴⁸ Idem, p. 46.

A mania da retórica tinha uma relação íntima com a cultura da burocracia e a sua tradicional ineficiência, perpetuando e vulgarizando – nesses tempos de *art nouveau* - a cidade escriturária através dos serviços prestados pela cidade letrada ao Poder, da mesma forma que este também regia as operações letradas, inspirando seus princípios de concentração, elitismo, hierarquização. O ex-funcionário da Secretaria de Guerra, Lima Barreto, comenta:

Tantas foram [as reformas] que o meu decreto de nomeação recebeu, em apostilas e outros lançamentos, um texto maior dez vezes que o primitivo do meu provimento no cargo. (...) os “bispos” e os doutores na ciência infusa do papelório fizeram obras tão perfeitas que, em uma das tais remodelações, foram criadas duas repartições para tratar do mesmo assunto.⁴⁹

O doutor era o nome genérico para designar aquele que sabia, ou seja, aquele que sabia tudo e qualquer coisa: “Para o povo até, indiferentemente, o engenheiro é capaz de curar e o médico de construir estradas de ferro”. A supremacia da classe letrada se deveu a este paradoxo: seus membros foram os únicos exercitantes da letra num meio desguarnecido de letras, os donos da escritura numa sociedade analfabeta, e se dedicaram a sacralizar esta escritura dentro da tendência gramatológica da cultura europeia. (...) Esse empenho constitui um sistema independente, abstrato e racionalizado, que articula autonomamente seus componentes, abastecendo-se na tradição interna do signo e preferencialmente em suas fontes clássicas. Ángel Rama mostra que muitos aspectos da *cidade letrada* não mudaram muito desde os fins do séc. XVI:

Todos os que manejavam a pena estavam estreitamente associados às funções do poder e compunham [...] um país modelo de funcionalismo e de burocracia. Desde a sua consolidação no último terço do século XVI, essa equipe mostrou dimensões desmesuradas, que não se adequavam ao reduzido número dos alfabetizados aos quais podia chegar a sua palavra escrita e nem sequer às suas obrigações específicas, e ocupou simultaneamente um elevado nível dentro da sociedade obtendo portanto, uma parte nada desprezível de seu abundante excesso econômico⁵⁰.

O mito do “homem de letras” conservava-se forte, sendo que agora, na cidade modernizada, passava a servir para alcançar posições mais respeitadas e admiradas como a de “doutor”, mito tão cultuado entre nós, ambicionado pelas famílias dos ricos

⁴⁹ “As reformas e os ‘doutores’ ” in BARRETO, 1956, *Feiras e mafuás*, p. 230.

⁵⁰ RAMA, 1985: 43.

fazendeiros ou dos comerciantes imigrantes, ambos, na maioria das vezes, analfabetos. A letra aparecia como mais uma alavanca de ascensão social, de respeitabilidade pública e de incorporação aos centros do poder. A literatura, por sua vez, esvaziada, perdia o seu espaço: “Daí parecerem-se todos os romances uns com os outros e tomar a época neste ponto uma cansativa e pesada feição uniforme”⁵¹. O mito do doutor, um sonho perseguido pelos jovens provincianos, é ironizado pelo Lima Barreto:

Ah! Doutor! Doutor!... Era mágico o título, tinha poderes e alcances múltiplos, vários, polimórficos... Era um *pallium*, era alguma coisa como clâmide sagrada (...) os maus olhares, os exorcismos se quebravam. De posse dela, as gotas de chuva afastar-se-iam transidas do meu corpo, não se animariam a tocar-me nas roupas, no calçado sequer. O invisível distribuidor dos raios solares escolheria os mais meigos para me aquecer, e gastaria os fortes, os inexoráveis, com o comum dos homens que não é doutor. Oh! Ser formado, de anel no dedo, sobrecasaca e cartola, inflado e grosso, como um sapo-entanha antes de ferir a martelada à beira do brejo; andar assim pelas ruas, pelas praças, pelas estradas, pelas salas, recebendo cumprimentos: Doutor, como passou? Como está, doutor? Era sobre-humano!... (...) Quantas prerrogativas, quantos direitos especiais, quantos privilégios esse título dava! Podia ter dois e mais empregos apesar da Constituição; teria direito à prisão especial e não precisava saber nada. Bastava o diploma.”⁵²

Ángel Rama fala sobre a *função ideologizante* do intelectual que surgiu com a emergência da sociologia. Como sociólogos, cabia-lhes a condução espiritual da sociedade. A função ideologizante que germina entre os escritores da modernização, vem dos seus *maîtres penseurs*. Ao declinar as crenças religiosas sob os embates científicos, os ideólogos resgatam a sua mensagem, laicizando-a, e compõem uma doutrina adaptada às circunstâncias e assumem, em substituição aos sacerdotes, a condução espiritual (Rui Barbosa; Coelho Neto e suas conferências, livros, magistério; Olavo Bilac e seu papel na “regeneração”, e a obrigatoriedade do serviço militar). Em seu afã de substituir o sacerdócio, recorriam a alguns de seus instrumentos estilísticos, como a oratória majestosa e cumpririam uma perseverante tarefa para dignificar e sacralizar o intelectual (torre de marfim de Olavo Bilac) em um tempo conturbado e em uma sociedade materialista que prescindia do velho sistema de valores espirituais. Uma “cura de almas”, médicos que se aplicam ao espírito, perfeitamente em acordo com o cientificismo civilizatório, portanto novos sacerdotes da humanidade, a eles corresponde ocupar o lugar vago que havia deixado o desmembramento da aliança Estado-Igreja, ocupando junto ao poder do Estado a função complementar que desempenhava a Igreja

⁵¹ “Em forma de crônica”, *Fon Fon*, 3/8/1912.

⁵² BARRETO, 1997: 46.

do Patronato, mesmo que não oferecessem uma Instituição compacta, mas Academias, Colégios ou Tribunais. No entanto esse poder espiritual era visto por eles como emanção dos dons individualistas do talento pessoal, insubmissos a todas as ataduras institucionais, incluindo às dos partidos políticos. Não era em vão que a sociedade civil havia dado passos no caminho democratizador.

O poder de penetração e institucionalização da classe letrada entre nós se traduziu também na proliferação das “academias literárias”, garantindo a difusão, a imposição e a contemplação do letrado e da norma culta. A discrepância entre a quantidade de academias e o analfabetismo quase total da população mostra o poder do mito. Lima Barreto comenta:

Por todos esses Estados brasileiros, há academias literárias e todas elas com quarenta imortais, sendo os Estados vinte e incluindo a do Distrito Federal, vulgo, brasileira, temos, se a aritmética não falha, oitocentas e quarenta sumidades literárias, o que não é muito para país tão vasto e tão culto, como dizem ser o nosso.⁵³

Dentro da nova lógica do utilitarismo, sem compromisso com grandes projetos, desvinculada das lutas nacionais, a própria língua pareceu ter perdido seus ideais passando a servir mais como um instrumento de ornamento *art nouveau*: simples significantes sem significados. A concepção de “utilidade” tornava-se ambígua, a língua era útil apenas como um instrumento de persuasão e intensificação de um *status quo*. O estilo *art nouveau* identificava delicadeza com superficialidade, apresentando um novo “homem de letras”:

Foi-se o tempo das ganas, das raivas, das descomposturas. Agora não se ataca mais. Não há tempo. A delicadeza é um resultado da falta de tempo. Já Avianus, um fabulista latino que La Fontaine copiou com descaro, dizia: *nullus proemissis vincere posse minis...*— Há também o lado bom, e esse é que a alma e o cérebro do Brasil tomam as feições modernas, que as idéias do mundo são absorvidas agora com uma rapidez que pasmaria os nossos avós; que o jornalismo inconscientemente faz a grande obra de transformação, ensinando a ler, ensinando a escrever, fazendo compreender e fazendo ver; que o individualismo e o arrivismo criam a seleção, o maior esforço, a atividade prodigiosa, e um homem de letras novo, absolutamente novo, capaz de sair dessa forja de lutas, de cóleras, de vontades, muito mais habilitado, muito mais útil e muito mais fecundo que os contemporâneos.
— E esse homem, o literato do futuro...?⁵⁴

⁵³ “Academia de Letras” in BARRETO, 1956, *Vida Urbana*, p. 212.

⁵⁴ RIO, s/d.: 101.

A cordialidade que tem suas origens nos vínculos afetivos provindos de repertórios de origem rural - como explica Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* –, traduz-se, no mundo moderno, nos sistemas de patronato de grupos de interesses recíprocos. Nesse sentido, a cordialidade não tem um sentido de postura afável ou amável, mas diz respeito à singularização pessoal dos interesses sociais. Em outras palavras, a cordialidade reforça o vínculo afetivo e ao mesmo tempo intensifica a intransponibilidade das hierarquias sociais, temperada pela afabilidade das classes dirigentes em relação aos seus subalternos. Essa cordialidade está intimamente ligada à língua, e se traduz através desta, principalmente. A cordialidade também está presente na elegância, no *smartismo*, enfim na nova imagem do homem urbano que o distinguia bem como classe social, criando os distintivos da superioridade e da mistificação. Todo este sistema de aparências somado ao grande interesse pela vida privada construía o novo ídolo.

_ O homem que escreve é sempre um ídolo. Mesmo quando escreve mal, o que não é raro. (...) Não se pode imaginar a admiração e o culto que se devota aos homens de letras nossos. (...) Eu conheci um estudante que acompanhava o Coelho Neto de longe e estragou com um *pince-nez* grau 7 os seus olhos são, só porque o Neto usava grau 7. São inúmeras as pessoas que recusam a apresentação de Machado de Assis porque estão convencidas da impossibilidade de balbuciar uma palavra diante do Mestre, e muito homem fino conheço eu colecionando tudo quanto escreve Olavo Bilac...⁵⁵

A intelectualidade brasileira não só conquistou uma certa independência, inédita até então, mas também – e por isso - viveu a sua grande fragmentação durante o processo de modernização, partindo-se em grupos bem distintos. À parte aqueles que se adaptaram plenamente à nova ordem: a “literatura de *frac*” da notoriedade lucrativa; o segundo grupo, o dos “derrotados”, por oposição aos primeiros, eram marginalizados, e optaram por duas formas bem distintas de reação, constituindo o discurso da oposição: os “nefelibatas” que revelavam um desejo de fuga de uma realidade intolerável, a qual não poderiam se adaptar, e os “missionários”, a partir de uma clara posição de resistência à degradação dos valores, dedicaram sua obra a uma moderna e lúcida interpretação da nacionalidade, e, como visionários, previam os problemas de base que definiriam os desajustes políticos e sociais que temos hoje. Estes são os mantenedores da tradição mais pura da “Geração de 70”, os sucessores legítimos dos “mosqueteiros intelectuais”. Lima Barreto e Euclides da Cunha, mesmo ligados às instituições de

⁵⁵ Idem, p. 3.

poder, criavam um discurso crítico utilizando-se destas mesmas instituições negando a notoriedade lucrativa dos homens de letras.

A literatura brasileira atualmente está dividida em dois campos opostos: o dos escritores que têm casaca e o dos que não a têm. (...) Ao modesto artista do paletó curto e chapéu mole, vedam a entrada no Palácio Monroe; em compensação esse mesmo artista de paletó-saco e chapéu mole nega aos outros, os de casaca, o direito de fazerem arte cá fora.⁵⁶

Por sua vez, os que faziam literatura cá fora, denunciavam:

Essa gente que em todos os períodos de crise sempre aparece para melhor caracteriza-los pelo espírito de exploração ou pela futilidade, que inspira tais homens e os move. Pouco se lhes dá que os outros estejam mergulhados no sofrimento ou ansiosos diante da negra perspectiva das coisas. Então como nunca é que a vida lhes é mais fácil, graças à sua falta de senso moral.⁵⁷

Os nossos autorizados sabedores de cousas literárias, hão de concordar que, antes do romantismo, houve boêmia artística e literária; e que haverá depois, por motivos que a própria arte explica nas exigências que faz a certos temperamentos, caracteres e inteligências, quando atraídos por elas. O que é difícil de explicar, apesar de ter existido, de existir e haver de existir, é literatos lacaios, cavadores de propinas, gratificações, ajudas de custo, obtidas com lambidos artigos de um proxenetismo torpe, a grandes notabilidades munificentes, à custa do Estado.⁵⁸

É importante notar que esses intelectuais também tinham a capacidade de se institucionalizar a partir de suas funções específicas (donos das letras) procurando tornar-se um poder autônomo dentro das instituições do poder a que pertenciam: audiências, seminários, colégios, universidades. A partir da sua condição de servidores de poderes, estão em contato com o princípio institucionalizador que caracteriza qualquer poder, sendo portanto, os que melhor conhecem seus mecanismos e, também, os que melhor aprendem a conveniência de outro tipo de institucionalização, o do restrito grupo que exerce as funções intelectuais. Não apenas servem a um poder, como também são donos de um poder. Este inclusive pode embriagá-los até fazê-los perder de vista que sua eficiência, sua realização só se alcança se o centro do poder real da sociedade o apóia, lhe dá força e o impõe. Vê-se com frequência os intelectuais como meros executantes dos mandatos das instituições – ou das classes - que os empregam,

⁵⁶ “Bilhetes à coroa”, *Fon Fon*, 19/10/1907.

⁵⁷ Nestor Vitor in RIO, s/d.: 50-1.

⁵⁸ BARRETO, 1956, *Bagatelas*, p. 248.

esquecendo-se assim sua peculiar função de produtores, consciências que elaboram mensagens, e principalmente, sua especificidade como desenhistas de modelos culturais, destinados à constituição de ideologias públicas.

O desenvolvimento do “novo jornalismo” representa o fenômeno mais marcante na área da cultura, com profundas repercussões sobre o comportamento do grupo intelectual. Novas técnicas de impressão e edição permitem um grande barateamento da imprensa. O acabamento mais apurado e o tratamento literário e simples da matéria tendem a tornar obrigatório o seu consumo cotidiano pelas camadas alfabetizadas da cidade. Esse “novo jornalismo”, somado às revistas mundanas, torna-se a febre da nova burguesia urbana, significando um hábito de bom-tom da elite dentro da atmosfera da regeneração do Rio de Janeiro. Cria-se dessa forma, uma “opinião pública” urbana sequiosa do juízo e da orientação dos homens de letras que preenchiam as redações.

O alto índice de analfabetismo que marcava a população brasileira sempre representou um grande entrave para a recepção dos homens de letras. A pobreza que assolava grande parte da população não permitia qualquer tipo de reflexão sobre altos valores do espírito, mas os “valores da necessidade” para a sobrevivência. Na República dos conselheiros, esses intelectuais reintegrados ao poder, mas não identificados com ele, assumem uma nova luta pela “redenção das massas miseráveis”, fato que os levaria a uma nova escala de representatividade e poder, nos moldes do passado heróico e redentorista: a alfabetização em massa. Essa nova luta solidária poderia representar uma nova perspectiva de leitores tão desejados e necessários para a atividade literária. Seria uma luz no fim do túnel para a reintegração do homem de letras.

A febre da alfabetização como um ideal humanitário tomou conta até mesmo de intelectuais que criticaram de forma impiedosa e preconceituosa a cultura popular, e dedicaram-se com fervor ao aburguesamento do Rio de Janeiro. Olavo Bilac, ao receber João do Rio para entrevista, explicava o seu novo trabalho:

— Oh! Não, meu amigo, nem versos, nem crônicas — livros para crianças, apenas isso que é tudo. Se fosse possível, eu me centuplicaria para difundir a instrução, para convencer os governos da necessidade de criar escolas, para demonstrar aos que sabem ler que o mal do Brasil é antes de tudo o mal de ser analfabeto.⁵⁹

Mas o socialismo invadia o pensamento ocidental, e o ideal de igualdade e justiça seria a nova motivação para os homens de letras em sintonia com a cultura

⁵⁹ RIO s/d.: 4.

francesa, nossa guardiã intelectual. Aprendíamos as primeiras lições sobre a nova doutrina:

Nós nos regulamos pela França. A França não tem agora lutas de escola, nós também não; a França tem alguns moços extravagantes, nós também; há uma tendência mais forte, a tendência humanitária, nós começamos a fazer livros socialistas. Esta última corrente arrasta, no mundo, todos quantos se apercebem da angústia dos pobres e do sofrimento dos humildes. Um artista sente mais as dores terrenas que cem homens vulgares, os poetas são como o eco sonoro do verso de Hugo, entre o céu e a terra, para transmitir aos deuses os queixumes dos mortais...⁶⁰

Não ser socialista poderia representar um constrangimento irreparável para um verdadeiro intelectual. Desprezar a pobreza, não se dedicar aos mais fracos, poderia levar a um crescente descrédito, vergonhoso para um alto sacerdote social. Só restaria ao “sagrado” Bilac – como o definiu João do Rio -, uma estarrecedora confissão:

Mas se um moço escritor viesse, nesse dia triste, pedir um conselho à minha tristeza e ao meu desconsolado outono, eu lhe diria apenas: Ama a tua arte sobre todas as coisas e tem a coragem, que eu não tive, de morrer de fome para não prostituir o teu talento!⁶¹

A luta pela alfabetização representava também, para grande parte desses intelectuais, uma outra luta contra um sistema oligárquico opressor - tanto para as classes desfavorecidas quanto para os intelectuais dos antigos valores - dominado pelas necessidades de formação de uma periferia a serviço da urbes central. Mas, evidentemente, essa generosidade ambígua não convinha às oligarquias brasileiras, levando o projeto ao inevitável fracasso, e a tentativa solidária dos intelectuais não passou de um lampejo socialista para “francês ver”. Na verdade, a população brasileira era quase totalmente analfabeta, fato que isolava cada vez mais a cidade letrada, aumentando drasticamente as diferenças entre ela e a cidade real. E só ela, a cidade letrada, é capaz de conceber, como pura especulação, a cidade ideal, projetá-la antes de sua existência, conservá-la além de sua execução material, fazê-la sobreviver inclusive em luta com as modificações sensíveis que introduz incessantemente o homem comum. Enquanto a cidade letrada atua preferencialmente no campo das significações e inclusive as autonomiza em um sistema, a cidade real trabalha mais comodamente no campo dos significantes e inclusive os afasta dos encadeamentos lógico-gramaticais.

⁶⁰ Idem, p.5.

⁶¹ Idem, p. 5.